

A educação pública no Brasil: Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro

Fernando Casadei Salles

Doutor em História da Educação (PUC/SP). Professor do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação da UCDB.
e-mail: fcsalles@ucdb.br / fcasadei@uol.com.br

Resumo

Este artigo chama a atenção para duas questões básicas da história da educação brasileira: a primeira, que a consciência político-pedagógica do Brasil tem uma história, e a segunda, que essa consciência, além das influências exercidas pelas determinações sociológicas, políticas e diferentes teorias pedagógicas, foi constituída também pela influência direta da atuação de alguns educadores, tais como Fernando de Azevedo, Anísio Spindola Teixeira, Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro, que se destacaram no esforço de oferecer à nação respostas ao seu complexo problema educacional.

Palavras-chave

História da educação, pensamento pedagógico, liberais e radicais.

Abstract

This article calls attention to two basic questions in the history of Brazilian education: firstly, that Brazil's political-pedagogical awareness has a history, and secondly, that this awareness, apart from the influences exercised upon it by sociological and political determinations and different pedagogical theories, was also formed under the direct influence of the work of several educators, such as Fernando de Azevedo, Anísio Spindola Teixeira, Florestan Fernandes and Darcy Ribeiro, who stand out in their attempts to offer to the nation answers to its complex educational problems.

Key words

History of education, pedagogical thought, liberals and radicals.

1. Introdução

Esses educadores não vieram da educação para a transformação da realidade, eles fizeram o caminho inverso: vieram da transformação da realidade para a educação e para a concepção dos meios que o educador deve utilizar, de saber e de ação, para atingir os fins da educação. Eles foram, sobretudo, grandes reformadores sociais, que se dedicaram à educação porque concebiam que a educação era o elemento central do mundo.

Florestan Fernandes¹

Este artigo representa uma tentativa de relembrar duas questões básicas relativas à educação brasileira: a primeira, que a consciência político-pedagógico-democrática do Brasil tem uma história, e a segunda, que essa história, além das influências exercidas pelas determinações sociológicas, políticas, e por diferentes teorias pedagógicas, foi constituída também pela influência das atuações teórico-práticas de alguns educadores brasileiros que se destacaram na empreitada da elaboração de um pensamento pedagógico preocupado com a solução dos problemas educacionais enfrentados pelo país.

Examinamos, neste artigo, alguns aspectos da atuação dos educadores Fernando de Azevedo, Anísio Spindola Teixeira, Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro, levando em conta dados de suas biografias pessoais e acadêmicas, bem como algumas matrizes de pensamento e propostas feitas por eles para enfrentar o desafio social da educação no país.

Sem a pretensão de atribuir a eles a exclusividade da empreitada, e tampouco privilegiar qualquer matriz ideológica dentre as diversas comprometidas com a construção do pensamento pedagógico do país, quisemos mostrar também que, na história da educação brasileira, dentro de determinados limites, diferentes opções de visão de sociedade

convergiram em muitos pontos, para a realização de um projeto educacional brasileiro único. É o caso dos educadores em questão que, apesar de serem portadores de concepções distintas, localizadas entre as matrizes liberal e socialista, tiveram atuações política e pedagógica bastante convergentes entre si.

Ao fixarmos estes objetivos, esperamos, também, que ele sirva como uma lembrança àquelas posições, que na perspectiva de fortalecer uma maior internacionalização da educação brasileira, não hesitam em desistoricizá-la, fazendo com que a prática, as idéias e os educadores, como os lembrados neste trabalho, sejam esquecidos e, conseqüentemente, não ocupem qualquer espaço importante na memória da história da educação brasileira.

2. Fernando de Azevedo²

Independentemente da perspectiva pela qual se observe a obra de Fernando de Azevedo, na história da educação brasileira, é impossível não a reconhecer como uma das mais importantes na bibliografia educacional do país e seu autor como um dos mais ativos e conseqüentes educadores nacionais.

Além dos vários cargos de direção ocupados na área da educação pública, Fernando de Azevedo legou-nos uma vasta obra escrita: são vinte e cinco livros, entre os quais **Princípios de sociologia** (1935), **Sociologia educacional** (1940), traduzido para o espanhol, e o clássico **A cultura brasileira**, uma obra escrita como introdução ao Censo de 1940, editada em português, 1ª edição, em 1943, e em inglês, em 1950, Nova York.

Ao lado dessas virtudes, a educação deve também a Fernando de Azevedo o mérito de ter sido o pioneiro da sociologia da educação no Brasil. Segundo Antonio Candido, quando Fernando de Azevedo começou esse

trabalho, “a sociologia da educação pouco existia como teoria e quase nada como pesquisa”³.

Quanto à sua visão de educação, ela era formada basicamente pelas influências recebidas de Émile Durkheim e John Dewey, apesar de se notarem também outras, como as de Max Weber, Karl Mannheim e Karl Marx.

De Durkheim aproveitou a idéia da educação como transmissora de cultura e tradição, enquanto de Dewey apreendeu a idéia da educação como processo contínuo de construção e reconstrução da experiência social. Essas influências marcariam duplamente sua concepção de educação: por um lado, com um viés conservador, preocupado com a conservação da cultura e, por outro, com um viés inovador, preocupado com a aplicação prática da cultura. Daí, talvez, a crítica de alguns a sua atuação na educação, a de que ela se inseria como parte de uma estratégia mais ampla das elites conservadoras do país, empenhadas na realização de um projeto de modernização conservadora da sociedade brasileira⁴.

Apesar da longa atuação do educador na área, Fernando de Azevedo nunca transigiu sobre a sua concepção de educação. Ele a manterá sempre a mesma. Uma concepção dividida por lealdades que vão de finalidades conservadoras a renovadoras. O que já não aconteceu em relação a sua visão sobre o papel político-social da educação na sociedade, quando adota, pelo menos, três visões distintas ao longo da sua vida.

A primeira corresponde ao período inicial da sua militância como educador, quando se esboçam no país as reformas da escola nova. O próprio Fernando de Azevedo seria chamado a fazer uma delas, no Distrito Federal, em 1927. O espírito predominante da época, da qual nem ele esteve imune, era o de que as reformas operariam um intenso movimento

de renovação social, econômica e política no Brasil. Nada se fazia sem que se partisse da educação; praticamente ela centralizava toda discussão sobre a política social. Jamil Cury (1988) entende que essa visão decorria imediatamente da forma compacta como os pioneiros concentravam “suas atenções no fenômeno educativo”⁵.

Tal visão, no entanto, predominaria apenas até o início dos anos 30, quando Fernando de Azevedo iniciou um processo que se completa na década de 50, admitindo definitivamente a limitação do papel da escola na sociedade. Muitos fatores podem ter interferido nesse processo. Dois deles, no entanto, destacam-se pelas prováveis influências para que ele revisse seu conceito sobre o papel da educação na sociedade: os resultados práticos das reformas empreendidas em muitos estados, na década, que teriam ficado, a seu juízo, abaixo dos resultados esperados e o isolamento político a que esteve submetido durante a vigência de todo Estado Novo. Alguns anos depois, no início da década de 50, Fernando de Azevedo admitirá que a preocupação central da educação, ao contrário do que imaginava anteriormente, era muito mais a de fixar os valores conservadores da sociedade do que ressaltar os aspectos dinâmicos da cultura.

Cumprir reiterar, entretanto, que, do início ao fim de sua longa carreira como educador, Fernando de Azevedo nunca desacredita na importância da educação. Muda apenas a sua maneira de ver essa importância. Passa de uma visão “romântica” da educação quando não vê limites para a sua ação, para uma concepção socialmente mais limitada, restrita a sua própria área e, portanto, mais realista.

Com o risco de empobrecermos o seu pensamento, podemos vinculá-lo ao ideário histórico da burguesia que começa a surgir no país, como consequência da expansão do

desenvolvimento capitalista e da aceleração do processo de urbanização da sociedade. Reconhecemos, no entanto, a dificuldade desse enquadramento, na medida em que Fernando de Azevedo também defende posições que são opostas a essas, como a de um Estado forte e intervencionista.

De qualquer forma, como liberal típico ou heterodoxo, suas idéias estiveram sempre voltadas para a realização de dois objetivos básicos: o primeiro, o de compatibilizar a educação ao processo de desenvolvimento econômico do país, materializado na construção de um capitalismo de características industriais e urbanas, e o segundo, o de lutar pela expansão da escola pública através da intensificação da intervenção do Estado na área da educação.

Enfim, Fernando de Azevedo inscreve sua participação na história da educação brasileira como um dos mais combatentes defensores da escola pública, gratuita e universal, que a sua consciência político-liberal julgava mais apropriada aos fins da nova sociedade urbana, industrial, democrática que começava a despontar no país.

Para defini-lo melhor, no entanto, nada mais adequado que as suas próprias palavras, proferidas no seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras:

(...) um escritor de idéias radicais, de espírito inquieto e insatisfeito consigo mesmo e com quase tudo o que vê à volta de si, dominado pelo demônio da reforma que é um dos seus companheiros mais constantes na hora de solidão⁶.

3. Anísio Teixeira⁷

Apesar de Anísio Teixeira se destacar na história da educação brasileira por sua refinada erudição, tendo sido importante filósofo da educação, sociólogo competente e grande

teórico, sua obra como homem de ação administrativa e reformista não pode ser subestimada; sua importância é também inquestionável desse ponto de vista.

Dono de extensa obra escrita na bibliografia da educação brasileira, Anísio Teixeira publica, entre livros, artigos em revistas e jornais, discursos, apresentações de livros e conferências, quase trezentos diferentes títulos. Muitos deles, inclusive, em idioma estrangeiro, fato que lhe acarreta prestígio internacional, como provam os inúmeros convites e homenagens recebidas, entre elas, uma condecoração, em 1950, a de oficial da Legião de Honra da França. Não obstante à quantidade de publicações, os livros foram poucos e surgiram quase sempre nos intervalos de exercício de seus cargos públicos: **Educação progressiva: uma introdução à filosofia da educação** (1932); **Em marcha para a democracia** (1934); **Educação para a democracia: introdução à administração escolar** (1936); **Educação e a crise brasileira** (1956); **Educação não é privilégio** (1957); **Pequena introdução à filosofia da educação** (1967); **Educação é um direito** (1967); **Educação no Brasil** (1969); e **Educação e mundo moderno** (1969).

No campo das atividades práticas, foi diretor geral da instrução pública do estado da Bahia, por duas vezes, e do Distrito Federal; 1º Secretário Geral da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP); Doutor Honoris Causa pela Universidade da Bahia; membro do Conselho Federal da Educação; reitor da Universidade de Brasília; participou da 1ª reunião de planejamento, como o único latino-americano convidado a fazer parte da equipe dos chamados doze cérebros mundiais, visando à elaboração e publicação de uma Enciclopédia Mundial; consultor da UNESCO,

representante do Brasil em diversos encontros internacionais de educação; professor visitante das universidades americanas de Columbia, Nova York e Califórnia, em Los Angeles; consultor da Fundação Getúlio Vargas e professor emérito da UFRJ.

Certamente sua atividade teria sido mais rica se durante os dois períodos ditatoriais (1937/45 e 1964/71) não tivesse sido aliado da vida pública do país da forma como foi, radical. Na primeira, obrigado se recolheu à vida privada, de onde apenas retornou, após o final da ditadura, em 1946, para assumir, pela segunda vez na sua vida de educador, o cargo de Secretário da Educação e da Saúde do estado da Bahia, depois de recusar o convite da Unesco para assumir o cargo de Conselheiro de Ensino Superior. Na segunda, demitido das funções que ocupava no Estado, reitor da Universidade de Brasília, e membro do Conselho Nacional da Educação, perseguido e cassado nos seus direitos políticos, foi obrigado a se exilar do país.

Seja como for, Anísio Teixeira lega-nos uma obra rica e diversificada.

Sua indisposição com as ditaduras de 1937 e 1964 decorre de suas posições intransigentes de defesa da democracia e de uma educação democrática. Para Anísio, uma sociedade pretensamente moderna, técnica, industrial e urbana não pode pensar o problema da democracia isoladamente do da educação; eles se constituem em termos mutuamente recorrentes. Não se pode dar sentido prático para a democracia e a educação sem caracterizá-las pela maior participação possível dos indivíduos. Apesar da paixão com que sempre defende seus princípios democráticos, essa defesa nunca deixa de se basear em uma compreensão profunda e crítica da história da sociedade brasileira.

Anísio Teixeira fez parte da mesma

geração de Almeida Junior, Carneiro Leão, Cecília Meireles, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Paschoal Leme, e tantos outros que, em comum, pensavam forjar a unidade da Nação pela educação.

Adepto radical da razão, via como condição para a socialização do homem, na nova sociedade urbana e industrial que surgia no país, a partir do início do século XX, o domínio de um posicionamento consciente, racional e sobretudo impessoal. Tratava-se, segundo ele, de uma nova época fundada em valores distintos dos até então vigentes. Na sua compreensão da realidade, a nova sociedade que surgia era, por excelência, científica e tecnológica; não cabendo mais os tradicionais traços de origem social, riqueza, parentesco, típicos da sociedade patrimonialista e aristocrática. Como liberal e iluminista, Anísio defendia a razão e o mérito pessoal como substitutos desses traços que considerava como meros resquícios de uma sociedade em vias de desaparecimento. Compreendia que a sociedade moderna que se institucionalizava, naquele momento, com base no conhecimento científico e tecnológico, exigia uma profunda mudança nas instituições escolares, bem como na própria visão de educação.

Será na sociedade americana, que despontava como a mais avançada do mundo, que Anísio Teixeira se inspirará para construir seu ideal de escola. John Dewey, filósofo pragmatista, teórico da nova educação da sociedade industrial americana, tornar-se-á sua grande referência intelectual. Depois de um longo período de estudos nos Estados Unidos, quando teve a oportunidade de ser discípulo de John Dewey, Anísio volta ao Brasil para se tornar o grande divulgador nacional da filosofia pragmatista. Partindo da realidade com que se defronta na sua prática de educador, localiza problemas reais enfrentados pela educação brasileira, para, cuidadosamente, aderindo ao

experimentalismo e ao funcionalismo de Dewey, não apenas transplantar uma posição filosófica, mas encontrar respostas educacionais para esses problemas. Daí o caráter nacional e internacional concomitante presente em sua teoria. De um lado, a sua leitura nacional do pragmatismo norte-americano, e de outro, a transplantação de uma posição filosófica de natureza universalizante.

Pode-se afirmar que as três grandes problematizações que norteiam sua filosofia da educação comprovam a evidência desta afirmação.

A primeira, presente na maioria dos seus estudos, diz respeito às conseqüências culturais provocadas pela aplicação generalizada da ciência e da tecnologia à civilização humana. Anísio entendia essas transformações como ligadas ao processo de institucionalização do progresso científico e técnico nas sociedades. Entendia que a intensificação desse processo levaria as sociedades a estimular cada vez mais seus respectivos processos de racionalização, tanto nas suas instituições, como, sobretudo, na sua própria maneira de pensar o mundo. "Da mentalidade estável, se passaria à dinâmica; tudo mudaria, tudo se transformaria. No início, seria apenas a ordem material que parece se constituir no grande objeto desse processo, mas aos poucos a ordem social e a moral, que parecem acima de qualquer questionamento, absolutas, começam a ser atingidas"⁸. Com isso o homem perderia, "o seu tradicional sentimento de fatalidade para tornar-se um verdadeiro agente de mudanças, em uma sociedade por excelência dinâmica e sobretudo tecnológica e científica"⁹. Nesse sentido, desatrelar a educação do tradicional, significa, antes de tudo, para Anísio, adaptar-se às novas exigências de um mundo em permanente movimento de mudança.

A segunda problematização diz respeito

à tendência do predomínio do industrialismo nas novas sociedades científico-tecnológicas. Anísio considera que os efeitos do industrialismo são bem conhecidos: maior integração social, ou seja, mais interdependência dos homens e dos povos. Para ele, a interdependência crescente e a integração social do indivíduo são aspectos recorrentes, que precisam ser devidamente levados em conta pelo processo educacional.

Finalmente, a terceira problematização da filosofia educacional de Anísio Teixeira diz respeito às relações dos homens entre si: a democracia. Das três tendências apontadas, a democracia é a menos diretamente decorrente da aplicação do pensamento experimental. Não são nos pressupostos constituidores da ciência que o seu conceito de democracia se forma, mas sim em idéias inspiradas na viabilidade de uma sociedade fraternal e justa. Na sua visão, trata-se de acentuar na sociedade o princípio da igualdade política individual como princípio fundamental do seu conceito de democracia; desse ponto de vista, representa, sobretudo, vida moral.

Para que a democracia se realize, no entanto, Anísio tem clareza da necessidade do desenvolvimento de uma prática social, visando à criação de um espaço público em que se ofereçam iguais oportunidades aos homens desenvolverem suas capacidades individuais. Daí a sua forte convicção a favor da escola pública como um espaço, antes de tudo, de educação da democracia.

Segundo o autor, só a escola pública poderia dar "um sentido democrático para a educação, ter um programa comum de formação, sem os preconceitos contra certas formas de trabalho essenciais à democracia"¹⁰.

4. Florestan Fernandes¹¹

Há um reconhecimento, praticamente unânime, em relação à obra de Florestan Fernandes, no sentido de ela não só ter inaugurado um novo estilo de pensamento nas ciências sociais, especialmente na sociologia brasileira, como a de ter contribuído decisivamente para a difusão do pensamento sociológico na educação, iniciado por Fernando de Azevedo, com quem trabalhou como professor assistente na Universidade de São Paulo, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Para Florestan Fernandes, a aplicação das ciências sociais na educação, mais do que uma simples questão acadêmico-metodológica, era uma exigência demandada pela complexidade crescente que vinha caracterizando o fenômeno sócio-educacional e escolar no país. Nesse sentido, defendia que não se poderia enfrentar os novos desafios colocados à educação sem a posse de um conhecimento teórico social abrangente, como o pensamento sociológico.

Se ignoramos a importância desse pensamento, corremos o risco de pensar que seria dispensável associar os educadores e os cientistas sociais em projetos de reconstrução educacional, supondo-se que o tipo de conhecimento fornecido por estes últimos poderia ser elaborado por qualquer leigo, inclusive pelo próprio educador, mais ou menos enfronhado no campo das ciências sociais¹².

Sobressai do seu estilo de pensamento a preocupação permanentemente crítica, de levar suas análises às últimas conseqüências. Para isso se beneficia de todo um acervo cultural que vai do pensamento crítico clássico ao moderno, passando pelo marxismo, sua referência teórica mais acentuada. Analisando o desenvolvimento dos estudos sociológicos realizados por Florestan Fernandes na educa-

ção, pode-se discriminar quatro níveis de ação. No primeiro, destaca-se sua contribuição para trazer, para o pensamento educacional, a dimensão histórico-social, característica do seu pensamento sociológico. Trabalho esse, por sua vez, que Fernando de Azevedo, isoladamente, já havia começado a realizar com a edição, em 1943, do seu livro "A cultura brasileira". Florestan Fernandes, ao invés da matriz liberal-democrática, utiliza-se da matriz marxista-socialista. Sua contribuição trará para o pensamento educacional brasileiro o estudo de como se desenvolvem as atividades organizadas e conscientes dos agentes sociais que intervêm nos processos educacionais, e como esses agentes se estruturam na sociedade para fazer valer seus interesses. No segundo, a contribuição de Florestan Fernandes foi a de focalizar, através da sua visão crítica dirigida à luta contra o conservadorismo educacional, principalmente no livro "*Universidade brasileira: reforma ou revolução?*", quando analisado certos dilemas do ensino superior: como superar o padrão brasileiro desse nível de ensino; como melhorar e alargar os rumos da reforma universitária; como desenvolver o trabalho de pesquisa segundo os modos mais avançados da ciência; e por fim, como erigir, no Brasil, a universidade plurifuncional. No terceiro nível, a contribuição de Florestan Fernandes consiste em dar ao seu papel de intelectual universitário um papel mais público. É nesse nível que se localiza seu engajamento, junto a outros intelectuais, assinando o famoso Manifesto de 1959, depois lutando em torno da aprovação da LDB, em 1961, mais à frente, opondo-se na universidade à política educacional tecnicista e antipopular da ditadura militar e, mais recentemente, contribuindo com a formação de um partido político de tendência socialista. Elegeu-se deputado federal constituinte em 1996, reelegendo-se para o

mesmo cargo em 1990, até participar como educador da frente progressista de educadores pela aprovação de uma nova LDB, aprovada em 1996. Por fim, o quarto nível de atuação que marca a prática como educador de Florestan Fernandes, diz respeito à sua preocupação com a formação do horizonte intelectual dos educadores brasileiros. Sua inquietação com esse tema decorria da constatação do despreparo dos professores para enfrentarem consciente e criticamente o desafio representado pela nova sociedade que se formava no Brasil e no mundo. Dizia Florestan Fernandes:

(...) se quisermos formar mestres-escolas e educadores militantes conscientes de suas funções e suficientemente autônomos para levá-las a cabo, torna-se imperioso alargar as fronteiras da filosofia democrática da educação que importamos da Europa e dos Estados Unidos. Não há dúvida de que ela se constitui num sintoma de avanço e de progresso em nosso meio; mas precisamos forjar uma mentalidade mais crítica no mestre-escola e no educador, inculcando nela: a convicção de que o aperfeiçoamento da democracia representa um processo que ainda não alcançou desfecho histórico e é suscetível de desenvolvimentos contínuos na civilização baseada na ciência e na tecnologia científica¹³.

Por fim, quanto às raízes teóricas mais importantes que formaram o discurso sociológico de Florestan Fernandes, elas evoluíram de posições funcionalistas, assumidas principalmente no início da sua carreira, até posições marxistas assumidas do meio até o final da sua vida como educador.

Em 1964, por decisão do movimento militar, foi preso no presídio Tiradentes, em São Paulo. Libertado, em 1965, voltou a ter sua prisão preventiva decretada. Em abril de 1969 foi aposentado compulsoriamente pela ditadura militar, revelando-se um dos intelectuais

mais combatentes e críticos do regime. Foi professor visitante nos Estados Unidos (1965/66) e no Canadá (1969/72). No seu retorno ao país, a convite de várias universidades voltou a lecionar; como militante político foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores e se elegeu Deputado Federal Constituinte, em 1986, sendo reeleito para mais um mandato, em 1990; teve atuação marcante na defesa da Escola Pública e no projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

5. Darcy Ribeiro¹⁴

Além de importante educador, foi também antropólogo e escritor de reconhecidos méritos. Formou-se pela Universidade de São Paulo, em 1946. Inicialmente se dedicou à antropologia, tornando-se um dos mais importantes antropólogos brasileiros. Muitas das suas obras nessa área são referências indispensáveis, até hoje, para o estudo da cultura indígena no Brasil.

Como educador, notabilizou-se pela participação ativa na luta a favor da educação pública. Sua trajetória difere um pouco das demais, na medida em que, boa parte das suas contribuições têm natureza mais prática que teórica. Dessa perspectiva, sua grande contribuição, talvez, tenha sido incorporar ao campo político-administrativo-institucional a esfera da política educacional.

Desde antes de 1964, até depois do exílio a que foi submetido, Darcy Ribeiro procura, na adesão político-partidária, as condições políticas favoráveis à concretização do projeto central que norteia a sua trajetória na educação brasileira, projeto esse que consiste na educação de amplas camadas da população brasileira, até então marginalizadas.

Sua atuação na educação começa no início da década de 50, quando, a convite de Anísio Teixeira, assume a Divisão de Estudos

Sociais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Posteriormente, ainda a convite de Anísio Teixeira, assume, em 1959, o cargo de vice-diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Nesse período destaca-se também pela luta em defesa da escola pública e pela aprovação da Lei de Diretrizes e Bases, na versão do projeto inicial, em 1961; Darcy Ribeiro é confirmado pelo Presidente Jânio Quadros na direção da Comissão de Estudos da Universidade de Brasília (UnB), cargo de que se afasta em 1962, deixando em seu lugar Anísio Teixeira, para assumir o cargo de Ministro da Educação do Governo João Goulart, no qual permanece até o golpe militar de 1964, quando é deposto, cassado, perseguido e obrigado a se exilar. Só retorna após a lei de anistia e da sua eleição como vice-governador do Estado do Rio de Janeiro, quando acumula o cargo de Secretário da Educação do Governo e implanta um ousado plano de educação de tempo integral, velho ideal do seu amigo e mestre Anísio Teixeira. Para completar sua trajetória na história da educação nacional, Darcy Ribeiro estará ainda à frente de mais dois grandes projetos: o primeiro, a criação da Universidade Estadual do Norte Fluminense; e o segundo, a elaboração do polêmico texto da Lei de Diretrizes e Bases, aprovado em 1996, recebida com muitas restrições, por tradicionais aliados seus das lutas em defesa do ensino público.

É aspecto característico da trajetória político-intelectual de Darcy Ribeiro, na educação, a sua ativa militância partidária. Foi a partir dela que tornou realidade alguns dos seus mais importantes projetos educacionais.

No tempo em que esteve exilado do Brasil, Darcy Ribeiro trabalhou em várias universidades. No Uruguai, foi contratado pela Universidade do Uruguai, uma instituição universitária, como professor de antropologia, e atuou na reforma da Universidade. No Peru,

foi chamado para criar, na Universidade Peruana, um sistema integrado. No México, desenvolveu um projeto de reforma da Universidade Autônoma do México, criando ali uma Escola de Comunicação e Educação. Com Oscar Niemeyer, fez o projeto de reforma da Universidade da Argélia, de Auger, e da Universidade de Constantin. Por fim, fez também o projeto da Universidade de Costa Rica, que foi executado.

Apesar das inúmeras contribuições de Darcy à educação brasileira, como a de ser o único educador brasileiro à frente da criação de duas universidades no país, como foram os casos das de Brasília e do Norte-Fluminense, a realização que considerava a mais importante foi a escola pública de tempo integral, os famosos CIEPS. Só ela, segundo suas próprias convicções, estava preparada para atender às necessidades da população mais pobre do país. É por isso que defende, ao longo de toda sua militância como educador popular, a escola de tempo integral, bandeira de luta que aprendera a carregar com o seu antigo mestre Anísio Teixeira.

6. Considerações finais

A proposta central desse artigo foi a de repor na memória da história da educação brasileira a existência de um esforço realizado por alguns educadores nacionais, visando à construção de uma consciência pedagógico-democrática no Brasil.

Para isso, partimos do pressuposto de que a educação formal se constituiu em parte importante do contexto histórico-cultural da sociedade, atuando ora como uma força a favor da sua continuidade, ora a favor da sua permanência. Dinamizada, nos últimos cem anos, por processos de mudanças que a transformaram de uma sociedade agrária, rural

e arcaica, em uma moderna sociedade capitalista, industrial, urbana e complexa, a educação se viu constantemente chamada a cumprir diferentes papéis. Desde papéis de resistência ao progresso, até de modernização e reconstrução social do país.

O período de atuação de Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro é, sem dúvida alguma, o mais conturbado da história brasileira: uma revolução, em 1930; um golpe de estado, em 1937, que perdurou até 1945; o suicídio de um Presidente da República; várias tentativas de golpes militares entre 1955 e 1960; a renúncia de um Presidente da República; novo golpe militar, em 1964, instalando uma ditadura no país, que perdurou até o ano de 1985.

Apesar de ligados entre si e constituírem manifestações de um mesmo processo, esses episódios resultaram de conjunturas específicas, que influenciaram de diferentes maneiras sobre a educação. Prova evidente dessa afirmação são os diferentes temas priorizados em cada uma das fases desse processo. Assim é que, enquanto Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira convivem com a luta educacional caracterizada pelos antagonismos entre escola tradicional x escola nova, ensino laico x ensino confessional, Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro concentram suas ações nos antagonismos democracia x fascismo e liberalismo x socialismo.

Pode-se dizer, olhando retrospectivamente a prática educativa desenvolvida por esses educadores, registradas em livros, expostas em conferências, preâmbulos de reformas, manifestos, entrevistas ou cartas, que as diferenças temáticas, bem como as de matrizes de pensamento existentes não impediram a identificação de todos em um projeto educacional comum.

Para além das diferenças, quatro pontos identificam a atuação comum desses educa-

dores. O primeiro diz respeito à crença na razão. São todos adeptos do racionalismo iluminista. Apenas diferem quanto à matriz desse racionalismo. Enquanto Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira perfilam no campo do liberalismo, Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro posicionam-se no campo do socialismo. É esta, talvez, a melhor maneira de se entender o significado modernista da atuação educacional que desenvolveram. O segundo consistiu na idéia comum de que não se pode pensar o progresso econômico, e sobretudo o político, sem se cuidar ao mesmo tempo da educação, do desenvolvimento da cultura e da propagação do pensamento científico. Foi assim que cada um, à sua época, assentado nessas convicções tentou construir o ideário mais ousado da história da educação brasileira: a de um novo humanismo para o progresso, de sentido ético democrático e de fundo socializante. O terceiro refere-se à defesa da escola pública, da qual Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira foram pioneiros. No manifesto de 1959, de defesa da escola pública, escrito por Fernando de Azevedo, os quatro educadores não só o subscreveram como se constituíram no centro das mobilizações políticas desse movimento. Por fim, o quarto ponto diz respeito à valorização do Estado como gestor da escola pública. Tanto na versão liberal, como na socialista, o Estado foi sempre considerado, na visão desses educadores como o responsável pela implantação de um projeto de educação pública, moderno e nacional.

Com isso, não estamos preestabelecendo nenhum juízo de valor, de superioridade, para as trajetórias realizadas por esses educadores na história da educação brasileira, em relação às realizadas por outros que, também, ofereceram suas contribuições para a formação de uma consciência pedagógica no país. Apenas estamos lembrando a importância que

estes educadores tiveram para sua realização.

Parafrazeando Florestan Fernandes, mas incluindo ele próprio e Darcy Ribeiro: todos eles, antes de grandes educadores, “foram sobretudo grandes reformadores sociais que se dedicaram à educação porque concebiam que a educação era o elemento central do mundo”. Deixaram muitas vezes a impressão de visionários que acreditavam na revolução que se operaria no campo da educação e, por extensão, no próprio país.

Notas:

¹ FERNANDES Florestan. *Memória viva da educação brasileira*. Brasília: MEC/INEP, 1991, p. 30.

² Conforme o Dicionário de educadores no Brasil, op. cit, p. 182-186: Fernando de Azevedo é natural de São Gonçalo do Sapucaí, MG, onde nasceu em 20-4-1984. Faleceu em São Paulo no dia 17-9-74. Realizou seus primeiros estudos no Colégio Francisco Lentz (1901-1902); em São Gonçalo, em Nova Friburgo, Rio de Janeiro, sob a direção dos padres jesuítas, fez o curso ginasial (1903-1909). Iniciou o noviciado, para se tornar padre jesuíta, em Campanha, MG, ao qual deu continuidade no Seminário de Itu, São Paulo, destacando-se nesta oportunidade como substituto de professores. Em 1914 desistiu da idéia de ser padre jesuíta e se transferiu para o Rio de Janeiro, onde se matriculou na Faculdade de Direito, continuando depois o curso em Belo Horizonte, para o completar em São Paulo, na Faculdade do Largo São Francisco. Começou sua carreira como professor de latim e psicologia no Ginásio do Estado de Belo Horizonte, MG. Em 1917, transferiu-se para São Paulo, onde voltou a lecionar as mesmas matérias, latim e psicologia, na Escola Normal da Capital. Juntamente com esta atividade de docente FA passou a exercer a profissão de jornalismo. Dedicou-se à crítica literária, inicialmente no Correio Paulistano e, em seguida, no jornal O Estado de São Paulo, quando, em 1926, procedeu a um vasto inquérito sobre o estado da educação em SP, trabalho que marcou seu ingresso definitivo no grupo dos chamados “profissionais da

educação”. Dirigiu a instrução pública do Distrito Federal de 1927 a 1930, promovendo ampla reforma educacional na Capital da República. Em 1931, na Cia. Editora Nacional fundou a Biblioteca Pedagógica Brasileira. Em 1932, redigiu e lançou, com vinte e cinco intelectuais, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Em 1933, como Diretor Geral da Instrução Pública, promulgou o Código de Educação do Estado de São Paulo. Em 1934, participa da fundação da Universidade de São Paulo, na qual foi Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Catedrático de Sociologia. Em 1935, com a fundação da Sociedade Brasileira de Sociologia, tomou-se seu presidente, cargo que exerceu por cerca de vinte anos. Em 1956, passou a ser o primeiro Diretor Geral do Centro Regional de Pesquisas Educacionais. Em 1968, entrou para a Academia Brasileira de Letras.

³ CANDIDO, Antonio. Tendências no desenvolvimento da sociologia da educação. In: PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Marilice M. *Educação e sociedade*. 9. ed. São Paulo: Nacional, 1978, p. 10.

⁴ Segundo Werneck Viana, Fernando de Azevedo se enquadra “no projeto intelectual de uma elite conservadora...que acalenta idéias modernas, como é o caso da criação da USP, no sentido de promover reformas sociais para garantir o avanço do capitalismo”. In: LEAL, Maria Cristina; PIMENTEL, Marília A. Lima; PINTO, Diana Couto. *Trajatórias de liberais e radicais pela educação pública*. São Paulo: Loyola, 2000, p. 40.

⁵ CURY, Jamil. *Ideologia e educação brasileira – católicos e liberais*. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1988, p. 65.

⁶ AZEVEDO, Fernando. Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 1968

⁷ Conforme o Dicionário de educadores no Brasil, op. cit, p. 56-64: Anísio Spinola Teixeira nasceu em Caetité, Sertão da Bahia, em 12-07-1900. Após sólida formação adquirida no Instituto São Luiz Gonzaga, em Caetité, e no Colégio Antonio Vieira, em Salvador, ambos colégios católicos jesuítas, bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, em 1922, e obteve o título de Master of Arts, pelo Teachers College da Columbia University. Faleceu no Rio de Janeiro, em março de 1971.

⁸ TEIXEIRA, Anísio. *Pequena introdução a filosofia da educação*. 5. ed. São Paulo: Nacional, 1967, p. 31.

⁹ Idem, *ibidem*, p.32.

¹⁰ TEIXEIRA, Anísio. Educação não é privilégio.

¹¹ Conforme o livro *As identidades do Brasil de Varhagen* a FHC, op. cit., p. 203-234: **Florestan Fernandes** nasceu em São Paulo, no ano de 1920 e faleceu na mesma cidade, no ano de 1995. De origem social muito pobre, órfão na infância, trabalhou desde esse período para sustentar a si mesmo e a mãe. As grandes dificuldades sociais e financeiras que enfrentou impediram-no de fazer seus estudos básicos regularmente, tendo que, por isso, realizá-los através do curso de maturidade. De 1940 a 1951, fez a licenciatura e o bacharelado em ciências sociais na USP, e o mestrado e o doutorado em sociologia e antropologia na Escola Livre de Sociologia e Política. Em 1953, tornou-se livre docente da USP e, em 1964, professor catedrático da mesma Universidade. Em 1969, foi aposentado compulsoriamente pela ditadura militar, revelando-se um dos intelectuais mais lúcidos e críticos do regime. Foi professor visitante nos Estados Unidos (1965/66) e no Canadá (1969/72). Como militante político, foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, tendo sido eleito, em 1986, e reeleito, em 1990, deputado federal pela legenda.

¹² FERNANDEZ, Florestan. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus, 1966, p. XVII.

¹³ Idem, *ibidem*, 1966, p. XX.

¹⁴ Conforme o livro *Trajatórias de liberais e radicais pela educação pública*, op. cit., p. 111-140: **Darcy Ribeiro** nasceu no ano de 1922, em Montes Claros, Minas Gerais e faleceu em Brasília, no ano de 1997. Fez o curso primário e o secundário na sua cidade natal. Em 1939, foi para Belo Horizonte com a finalidade de estudar medicina, mas abandonou esse projeto mesmo antes de conseguir se matricular no curso. Em 1944, matricula-se na Escola de Sociologia e Política, a convite do professor Donald Pierson. Gradua-se em sociologia, com especialização em etnologia, o que lhe leva a trabalhar com o Marechal Rondon como naturalista, na Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios, em 1947, onde permanece até 1957, e sai, para trabalhar com Anísio Teixeira, a seu convite, na Divisão de Estudos Sociais do CBPE do Ministério da Educação

e Cultura. Em seguida foi nomeado Vice-Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do qual Anísio Teixeira era seu Presidente. Em 1959, foi eleito Presidente da Associação Brasileira de Antropologia. No mesmo ano foi encarregado pelo Presidente Juscelino Kubitschek a planejar a Universidade de Brasília. Aprovada, tornou-se seu primeiro reitor, em 1961. Em 1962, desligou-se da reitoria da UnB, deixando em seu lugar Anísio Teixeira, para assumir o cargo de Ministro da Educação e Cultura. Em 1963, deixou o MEC para assumir o cargo de Ministro-Chefe da Casa Civil. Com o golpe militar de 1964, foi cassado nos seus direitos políticos e obrigado a se exilar. Começou uma carreira de professor universitário, tendo trabalhado em muitas delas com a função, em geral, de analisar ou propor planos de reforma para aquelas instituições. Em 1968, recebeu da Universidade da República Oriental do Uruguai o título de Doutor Honóris Causa. Em 1974, doente, retornou ao Brasil para operar um câncer do pulmão. Em 1979, recebeu o título de Doutor Honóris Causa da Universidade de Paris. Anistiado, nesse mesmo ano, retornou ao Brasil e ao cargo de Professor Titular do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1982, vitorioso na chapa de Leonel Brizola tornou-se Vice-Governador. Empossado, assumiu imediatamente o cargo de Secretário da Educação, dando início a um arrojado plano de instalação de pouco mais de 500 escolas em tempo integral, no Estado do Rio de Janeiro. Em 1990, foi eleito Senador da República. Na condição de relator, aprovou projeto de lei que passou a ser conhecido como Lei Darcy Ribeiro. Depois de um tempo parado, o projeto foi reativado e aprovado definitivamente no ano de 1996 sendo publicado no Diário Oficial, em 23 de dezembro do mesmo ano, 59 dias antes da sua morte.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Fernando. *A transmissão da Cultura*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: Instituto Nacional do Livro - MEC.
- CANDIDO, Antônio. Tendências no Desenvolvimento da Sociologia da Educação. In: FORACCHI, Marialice M.; PEREIRA, Luiz. *Educação e Sociedade*. 9. ed. São Paulo: Nacional, 1978.
- CURY, Carlos R. Jamil. *Ideologia e educação brasileira*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988.
- FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros. *Dicionário de educadores no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ / MEC-Inep, 1999.
- FERNANDES, Florestan. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus, 1966.
- _____. A formação política e o trabalho do professor. In: *Universidade e formação de professores*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 13-37.
- _____. *Memória viva da educação brasileira*. Brasília: MEC/INEP, 1991.
- LEAL, Maria Cristina; PIMENTEL, Marília A. Lima; PINTO, Diana Couto. Darcy Ribeiro, Educador radical. In: *Trajetórias de liberais e radicais pela educação pública*. São Paulo: Loyola, 2000, p. 111-140.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil de Varhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- TEIXEIRA, Anísio. *Pequena introdução a filosofia da educação*. 5. ed. São Paulo: Nacional, 1967
- _____. Como devemos encarar o problema brasileiro da educação. In: Anísio Teixeira. *Educação para a democracia*. Rio de Janeiro: Editora para a democracia, 1997, p. 251-263.